



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 903/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1169/2012 – 17 Volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado de Cultura – SEC.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, Secretário Estadual de Cultura.

6- Unidade Técnica: DICA/AM – Informação nº 196/2015 (fl. 3243).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2840/2014-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 2165/2176)

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria de estado de Cultura. Exercício 2011.

Contas Regulares com Ressalvas. Determinação e recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar as contas regulares, com ressalvas, com base no art. 22, II, da Lei 2.423/96- LOTCE/AM;

9.2- Determinar à origem com base no art. 34, I da Lei 2.423/96 que:

9.2.1- Realize o planejamento anual de suas compras, a fim de evitar o fracionamento e o cumprimento do procedimento licitatório na modalidade pertinente a totalidade do objeto da licitação conforme preceitua o art. 23, §§1º e 2º, da Lei 8.666/93;

9.2.2- Proceda o controle da relação de pessoas que usufruam dos ingressos comprados pelo Estado por meio da Secretaria de Cultura para os Festivais Folclóricos de Parintins;

9.2.3- Elabore Estudo de Viabilidade Econômico Financeira do Festival, de forma que comprove a necessidade da intervenção do Estado para o subsidiar;

9.2.4- Realize de forma planejada e antecipada as licitações para fretamento de aeronaves;

9.2.5- Verifique com a SEAD as irregularidades nas Remunerações dos ocupantes dos cargos de Supervisor I, II e III, constante da listagem fornecida pelo Setor

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 903/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

de Pessoal, em desconformidade com o art. 15, parágrafo único, da Lei Delegada 02/2005;

9.2.6- Cumpra o art. 8º, III, “d”, do Decreto Estadual nº 26.337/2006;

9.2.7 - Faça empenho nas despesas com diárias conforme art. 60 da Lei Federal 4320/1964;

9.2.8- Remessa dos itens 4 a 9, do item 17 do Voto, ao DEATV, para que possam ser juntados às Prestações de Contas de Convênios as quais se refiram.

10- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 28 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral